



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

CONTRATO Nº 12/2014

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIÃO, REPRESENTADA PELA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS,
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE
GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS
HUMANOS E A EMPRESA BRADIV
INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
PROCESSO Nº 00005.005308/2013-24**

A **UNIÃO**, por intermédio da **SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SDH/PR**, com sede no Setor Comercial Sul-B, Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate – Torre “A”, CEP 70.308-200, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 05.478.625/0001-87, por meio da **SECRETARIA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS**, neste ato representada por seu Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos, **GLEISSON CARDOSO RUBIN**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.246.507 – SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 605.814.921-53, residente e domiciliado em Brasília/DF, por delegação de competência fixada pela Portaria nº 05 de 07/01/2011, publicada no DOU aos 10 de janeiro de 2011, doravante denominada **CONTRATANTE** e a **BRADIV INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.918.377/0001-10, sediada no SIA/SUL, trecho 02, lote 1090 CEP: 71.200-020 - Brasília/DF, neste ato representado por **ADILSON ALVES DE FREITAS**, portador da Carteira de Identidade nº 416.994 – SSP/DF, CPF nº 067.108.756-87, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente **CONTRATO**, decorrente do **Processo nº 00005.005308/2013-24**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17.07.2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 3.555, de 08.08.2000 e do Decreto nº 5.450, de 31.05.2005, Decreto nº 6.204 de 05.09.2007, Instrução Normativa nº 02, da SLTI do MPOG, de 30.04.2008, alterada pela IN/MPOG nº 03, de 15 de outubro de 2009, Decreto nº 7.892 de 23.1.2013, aplicando-se, subsidiariamente, à Lei nº 8.666, de 21.06.1993, com suas alterações, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto o fornecimento, instalação, manutenção, remanejamento, montagem e desmontagem de estruturas divisórias, com aplicação de todo o material e acessórios, por meio de Registro de Preços, para atendimento das necessidades da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR.

PARÁGRAFO ÚNICO – São partes integrantes deste Contrato como se nele transcritos estivessem, o Edital de Pregão Eletrônico nº 3/2014 e seus Anexos, Ata de Registro de Preços nº 08/2014, a Proposta da Contratada e demais peças que constituem o Processo nº 00005.005308/2013-24.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO MODO DE EXECUÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 2.1** – Os serviços constituem-se de instalação, manutenção, remanejamento, montagem, desmontagem e fornecimento de estruturas divisórias, com seus respectivos materiais e acessórios, nas dependências da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR.
- 2.2** – Os serviços e fornecimentos deverão ser executados conforme demandados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, por meio de Ordem de Serviço/Fornecimento – OS/OF, modelo constante no Anexo II do Termo de Referência.
- 2.3** – Após o recebimento formal da Ordem de Serviço/Fornecimento – OS/OF, pela Contratada, dar-se-á início a contagem do prazo para prestação dos serviços.
- 2.4** – A Contratada somente poderá iniciar os serviços e/ou fornecimento após o recebimento da Ordem de Serviço/Fornecimento – OS/OF, a qual deverá, obrigatoriamente, constar o item contratual, sua especificação e quantidade.
- 2.5** – Excepcionalmente, poderá ocorrer prestação de serviços e/ou fornecimento aos sábados, domingos, feriados ou em horários extraordinários, mediante comunicação prévia e escrita pelo fiscal do contrato, sem ônus adicional à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR.
- 2.6** – O funcionário representante da Contratada e/ou encarregado (Preposto) deverá apresentar-se diariamente à fiscalização da Contratante, para conhecimento dos serviços solicitados e/ou recebimento das Ordens de Serviços/Fornecimentos emitidas.
- 2.7** – Após o recebimento da Ordem de Serviço/Fornecimento – OS/OF, a Contratada terá 24 (vinte e quatro) horas para encaminhar o orçamento do serviço solicitado pelo Fiscal do Contrato da Contratante, para aprovação.
- 2.7.1** – Caso o local dos trabalhos não esteja acessível para medição, tal fato deverá ser informado ao Fiscal do Contrato da Contratante logo após o recebimento da Ordem de Serviço/Fornecimento – OS/OF.
- 2.8** – A Contratada só poderá executar os serviços e/ou fornecimento quando o orçamento apresentado for aprovado.
- 2.9** – O funcionário representante da Contratada e/ou encarregado (Preposto) assinará cada Ordem de Serviço/Fornecimento – OS/OF, na data em que recebê-la, sendo a partir dessa contado o prazo para execução dos serviços/fornecimento.
- 2.10** – A Ordem de Serviço/Fornecimento – OS/OF, também poderá ser enviada por fax ou correspondência eletrônica, sendo, nesse caso, contado o prazo para execução dos serviços e/ou fornecimento, a partir da data do seu envio.
- 2.11** – A aplicação de todos os materiais especificados no Termo de Referência e seus Anexos deverá obedecer rigorosamente às instruções do respectivo fabricante.

2.11.1 – A Contratada deverá assegurar que o Fiscal do Contrato da Contratante tenha conhecimento de tais instruções e recomendações.

2.12 – No que se refere aos serviços de montagem, desmontagem ou fornecimento, será considerado o m² (metro quadrado) efetivamente colocado ou remanejado, desconsiderando-se as perdas de colocação.

2.12.1 – Multiplicar-se-á a extensão linear das estruturas divisórias pelo valor do pé direito do local.

2.13 – Para os serviços de montagem de componentes e fornecimento por metro, será medido o comprimento a ser efetivamente utilizado, desconsiderando-se as perdas de colocação.

2.14 – Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos insumos, materiais e serviços descritos no Termo de Referência e seus Anexos; os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários e/ou no global constantes da proposta de preços.

2.15 – Quaisquer outros custos, diretos e indiretos, que sejam identificados pelo licitante para a execução dos serviços deverão ser incluídos nos preços do próprio serviço e nunca pleiteados durante a execução do mesmo como acréscimo de novos serviços.

2.16 – A equipe técnica da Contratada responsável pelos serviços deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços.

2.17 – A inobservância das especificações técnicas ou dos critérios de qualidade, constantes no Termo de Referência e seus Anexos, enseja a não aceitação, parcial ou total, dos serviços e materiais, por parte da Contratante, devendo a Contratada refazer e/ou substituir as partes recusadas sem direito a indenização.

2.18 – Caso qualquer serviços realizado não seja aceito, em função de má qualidade, o mesmo deverá ser refeito pela Contratada, sem cobrança de custo de refazimento.

2.19 – A Contratada deverá utilizar sempre as melhores técnicas e materiais e equipamentos adequados para a execução dos serviços.

2.20 – Deverão ser seguidas as normas da Contratante para controle de acesso e retirada de materiais e equipamentos, ainda que de propriedade da Contratada.

2.21 – Caberá à Contratada obter todas e quaisquer informações junto à fiscalização da Contratante, necessárias à boa execução dos serviços.

2.22 – Os funcionários da Contratada deverão seguir as regras de conduta estabelecidas pela Contratante e estar trajados de forma que seja possível identificar a empresa prestadora de serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DOS QUANTITATIVOS

3.1 - As especificações e os quantitativos das estruturas divisórias a serem fornecidas e demais serviços são os constantes no Anexo I deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1 – A entrega, instalação, manutenção, remanejamento, montagem e desmontagem das estruturas divisórias deverão ser realizadas nas dependências da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, localizada no SCS-B, Quadra 9, Lote C, 1º e 2º Subsolos, 8º, 9º e 10º andares do Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, Brasília/DF, CEP 70.308-200.

4.2 - O prazo para entrega das estruturas divisórias é de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento - OF, modelo constante no Anexo II do Termo de Referência.

4.2.1 – Os prazos para a execução dos serviços de remanejamento e manutenção serão diários, conforme a tabela a seguir:

Tipo do Serviço	Produção Diária
Remanejamento	Mínimo 60m ²
Manutenção	Mínimo 30m ²

4.3 – O material deverá ser entregue em perfeita condição de uso, conforme condições e especificações descritas neste instrumento e em todos os seus Anexos e proposta apresentada, dentro do horário de expediente da Contratante.

4.4 - A Contratada deverá comunicar, formalmente, a Contratante, com 72h de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega das estruturas divisórias.

4.5 - O recebimento dos serviços deverá estar condicionado à observância das condições e especificações técnicas constantes no Termo de Referência e seus Anexos, cabendo a verificação à comissão designada para tal finalidade.

4.6 – As estruturas divisórias adquiridas deverão ser novas, assim consideradas de primeiro uso e estar devidamente acondicionadas e acompanhadas das respectivas Notas Fiscais.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA DO OBJETO

5.1 - Todos os materiais e serviços, objeto deste instrumento, deverão ter garantia mínima de 60 (sessenta) meses, contada a partir do seu recebimento definitivo, contra qualquer defeito de fábrica, instalação ou execução, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2 - Responder por todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto do Termo de Referência e seus Anexos.

6.3 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.4 - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamento dos técnicos enquanto perdurar a vigência da garantia, sem qualquer ônus à Contratante.

6.5 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e ao acompanhamento da Contratante.

6.6 - Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

6.7 - A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

6.8 - Prestar os serviços e fornecimentos dentro dos parâmetros de rotinas estabelecidos no Termo de Referência e seus Anexos.

6.9 - Dar ciência à Contratante, imediatamente, por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato.

6.10 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto à execução do contrato.

6.11 - Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

6.12 - Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que venha causar durante a prestação dos serviços e fornecimentos (vidros, pisos, revestimentos), assumindo todo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições, recompondo os locais porventura afetados, conferindo o padrão já adotado pela Contratante.

6.13 - Prestar os serviços e fornecer os materiais nas quantidades e prazos pactuados, de acordo com as exigências e especificações constantes no Termo de Referência e seus Anexos.

6.14 - Arcar com as despesas decorrentes da entrega do material, bem como da sua devolução, caso seja necessária.

6.15 - Cumprir as disposições do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

6.16 - Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Contratante.

6.17 - Acondicionar o material em embalagem com resistência compatível com o transporte adotado.

6.18 – Substituir e/ou refazer, imediatamente e sem qualquer ônus para a Contratante, o material e/ou serviço entregue em que for verificada divergência com as especificações descritas no Termo de Referência e seus Anexos, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

6.19 - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou de materiais empregados.

6.20 – Designar profissional qualificado, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega, instalação, manutenção, remanejamento, montagem e desmontagem das estruturas divisórias.

6.21 – Responsabilizar-se pela limpeza do local onde ocorrerão os serviços, recolhendo todos os materiais reaproveitáveis a locais designados pela fiscalização.

6.22 – Efetuar corte e ajuste de peças e componentes de divisórias, com uso de ferramentas que causem ruídos (serra), deixem sujeira e emanem cheiros fortes (cola, pintura), em espaço apropriado para tal finalidade, a ser indicado pela fiscalização. Tal obrigação é decorrência da necessidade de se manter a qualidade do ar condicionado e a normalidade dos trabalhos nos ambientes próximos aos locais sob intervenção.

6.23 – Sinalizar ou isolar, conforme o caso, convenientemente o local de trabalho, objetivando dar segurança aos seus funcionários, servidores ou a terceiros, adotando todas as medidas de prevenção de acidentes recomendadas pela legislação vigente.

6.24 – Fornecer aos seus funcionários Equipamentos de Proteção Individual – EPI, requeridos para o desempenho de cada atividade e zelar para que sejam efetivamente utilizados.

6.25 – Manter um profissional de limpeza com instrumentos e produtos básicos, por sua conta, removendo embalagens, peças e fuligens, de modo a minimizar transtornos à rotina da Contratante.

6.26 - Prestar os serviços dentro dos parâmetros de rotina estabelecidos no Termo de Referência e seus Anexos, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, norma e legislação, bem como utilizar equipamentos necessários ao bom andamento do fornecimento, instalação, manutenção, remanejamento, montagem e desmontagem de estruturas divisórias, tais como ferramentas, materiais e mão de obra qualificada.

6.27 - Manter seus empregados, quando em horário de trabalho, devidamente uniformizados, identificados por crachá, com fotografia recente, para acesso às dependências da Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência e em seus Anexos e os termos de sua proposta.

7.2 - Efetuar o pagamento nos preços e nas condições pactuadas, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato.

7.3 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada.

7.4 - Disponibilizar informações pertinentes ao desenvolvimento do trabalho, solicitadas pela Contratada, que servirão de subsídios à execução do objeto do contrato.

7.5 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado e/ou fornecimento em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

7.6 - Permitir o acesso aos funcionários da Contratada em suas dependências, desde que devidamente identificados, disponibilizando os locais e os meios para execução dos serviços e fornecimentos contratados.

7.7 - Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

7.8 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidor especialmente designado pelo Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações.

7.9 - Designar comissão de recebimento do objeto deste instrumento contratual.

7.10 - Comunicar imediatamente à Contratada qualquer irregularidade apresentada na execução dos serviços e fornecimento, marcando prazo para a solução do problema ou seu refazimento/substituição.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PREÇOS

8.1 – O valor global do presente Contrato é de **R\$ 148.034,00 (cento e quarenta e oito mil e trinta e quatro reais)**, conforme detalhamento constante do Anexo I deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1 – A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os parágrafos primeiro e segundo constantes do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder aos limites estabelecidos em Lei, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os Contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DO MOBILIÁRIO

10.1 - Será utilizada a metodologia descrita no Termo de Referência e seus Anexos para a avaliação do serviço e fornecimento, que serão recebidos mediante aceite e atesto pelo fiscal do contrato na respectiva Nota Fiscal/Fatura.

10.2 - A Contratada deverá indicar na Nota Fiscal/Fatura o número do contrato firmado com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2014, conforme segue:

I – Programa de Trabalho: 141222210220000001

II – Elemento de Despesa: 449039 e 339039

III – PTRES: 058940

IV – Fonte: 0100000000

V – Empenho: 2014NE800248 e 2014NE800249

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DO PAGAMENTO

12.1 – O pagamento será efetuado, conforme demanda efetivamente executada, nas quantidades determinadas em cada solicitação, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, após aceite e atesto por servidor designado como representante da Contratante.

12.2 – O pagamento será creditado em favor da Contratada por meio de ordem bancária contra a entidade bancária indicada em sua proposta devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 10 (dez) dias corridos, após aceite e atesto por servidor designado para esse fim.

12.3 – Previamente a cada pagamento, a Contratante realizará consulta “on line” ao SICAF para verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS e da Previdência Social, a Contratada deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

12.4 – Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança.

12.5 – No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignada no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da Contratada, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita e/ou enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.

12.6 – Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Contratante em favor da Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente, se necessário.

12.7 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, ficará convencionada a taxa de encargos moratórios devida pela Contratante entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga.

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento).

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \rightarrow I = 0,00016438$$

12.7.1 – A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, após a ocorrência.

12.8 – Se no ato da entrega e/ou aceitação dos materiais e/ou serviços forem identificadas imperfeições e/ou divergências em relação às especificações técnicas contidas neste instrumento e seus anexos, ficará desde já reservado à Contratante o direito de suspender o pagamento até a regularização da situação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor, designado pelo Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos da SDH/PR, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, o qual deverá atestar os documentos da despesa para fins de pagamento.

13.2 - No curso da execução do contrato, caberá à Contratante, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar o cumprimento das condições e especificações exigidas, sem prejuízo daquela exercida pela empresa Contratada.

13.3 - À fiscalização compete proceder ao registro de todas as ocorrências porventura ocorridas e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas, tendo por parâmetro os resultados previstos no Termo de Referência e seus Anexos.

13.4 - A presença da fiscalização da Contratante não elide nem diminui a responsabilidade da Contratada.

13.5 - Caberá à fiscalização rejeitar e solicitar a substituição do material e/ou refazimento dos serviços, que forem considerados inadequados às especificações ou que tenham sofrido danos ou avarias no transporte ou descarga, que comprometam o seu uso regular e adequado, em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1 - A Contratada deverá prestar garantia no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da assinatura do Contrato, no valor de **R\$ 7.401,70 (sete mil, quatrocentos e um reais e setenta centavos)**, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global atualizado do contrato, na modalidade a ser escolhida pela mesma, que ficará sob a responsabilidade da Contratante, consoante o § 1º do art. 56 da Lei 8.666/93.

14.2 – O documento referente à garantia contratual será entregue na Divisão de Contratos, que se encarregará de enviá-lo à Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira – CGEOF, para registro e guarda.

14.3 – O valor da garantia permanecerá integral até o término da vigência do Contrato. A reposição de seu valor, quando for o caso, será feita em até 72 (setenta e duas) horas, contadas da data de recebimento da notificação do Contratante.

14.4 – O valor da garantia reverterá, integralmente, em favor da Contratante, ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da Contratada, sem prejuízo das perdas e danos porventura verificados.

14.5 – A Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para descontar os valores referentes a eventuais multas aplicadas à Contratada, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao Patrimônio da União ou de terceiros, ocorridos nas suas dependências.

14.6 - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15.2 – O Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2014, porém assegurará a garantia de todos os materiais e serviços por um período mínimo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

16.1 – A subcontratação, fusão, cisão ou incorporação, só serão admitidas com o consentimento prévio e por escrito da Contratante e desde que não afetem a boa execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DAS SANÇÕES

17.1 – Comete infração administrativa, ainda, nos termos das Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, dos Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005, a Contratada que:

17.1.1 – deixar de executar total ou parcialmente o contrato;

17.1.2 – apresentar documentação falsa;

17.1.3 – comportar-se de modo inidôneo;

17.1.4 – cometer fraude fiscal; e,

17.1.5 – descumprir qualquer dos deveres elencados no edital ou no contrato.

17.2 – A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1 – advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto da contratação;

17.2.2 – multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do(s) item(ns) prejudicado(s) pela sua conduta;

17.2.3 – impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais; e,

17.2.4 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

17.2.5 – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.3 – Também ficam sujeitas as penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

17.3.1 – tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

17.3.2 – tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

17.3.3 - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.4 – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

17.5 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.6 – As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.7 – A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação, enviada por meio de ofício apresentado mediante contra recibo.

17.8 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.9 – As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

18.1 – A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos Arts 78 a 80 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

18.2 – São motivos para rescisão do presente Contrato:

I – o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III – a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV – o atraso injustificado da prestação dos serviços;

V – a paralisação da prestação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Contratante;

VI – A subcontratação, fusão, cisão ou incorporação sem com o consentimento prévio e por escrito da Contratante ou que afetem a boa execução do Contrato;

VII – o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII – o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67, da Lei nº 8.666/93;

IX – a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X – a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XI – a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XIII – a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do Art. 65, da Lei nº 8.666/93;

XIV – a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

19.1 – Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação à Coordenação-Geral de Logística, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

20.1 – A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos, serão regulados pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e das disposições do Direito Privado, na forma do art. 54 combinado com o inciso XII, do Art. 55, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DA PUBLICAÇÃO

21.1 – A Contratante providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme determina o Parágrafo Único, do Art. 61, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1 – As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

22.2 – E, para firmeza e como prova de assim haver, entre si, ajustado e contratado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas, a todo o ato presente, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Brasília - DF, 30 de maio de 2014.

CONTRATANTE


GLEISSON CARDOSO RUBIN
Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos

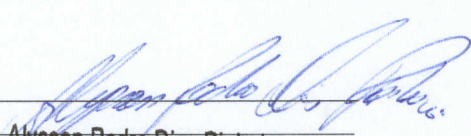
CONTRATADA


ADILSON ALVES DE FREITAS
Bradiv Indústria e Comércio Ltda.

TESTEMUNHAS:

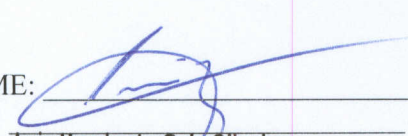
NOME: _____

CPF: _____


Alysson Pedro Dias Pinheiro
Analista Técnico Administrativo
Siape: 1822247

NOME: _____

CPF: _____


Luiz Humberto G. de Oliveira
Agente Administrativo
SIAPE:1804397

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS

Item	Quant.	unid.	Código	Descrição Detalhada	Vr. Máximo Unit. por Item R\$	Vr. Máximo Total por Item R\$
1	30	m²	PC	DIVISÓRIA TIPO PISO TETO, PAINEL CEGO ESPESSURA 110MM – PC (Em conformidade com as especificações do item 1 do ANEXO I-A do Edital)	340,00	10.200,00
2	30	m²	PCT	DIVISÓRIA TIPO PISO TETO, PAINEL CEGO ESPESSURA 110MM – TECIDO – PCT (Em conformidade com as especificações do item 2 do ANEXO I-A do Edital)	390,00	11.700,00
3	30	m²	PCV	DIVISÓRIA TIPO PISO TETO, PAINEL CEGO/BANDEIRA VIDRO, ESPESSURA 110MM – PCV (Em conformidade com as especificações do item 3 do ANEXO I-A do Edital)	400,00	12.000,00
4	30	m²	PCVT	DIVISÓRIA TIPO PISO TETO, PAINEL CEGO/BANDEIRA VIDRO, ESPESSURA 110MM – TECIDO – PCVT (Em conformidade com as especificações do item 4 do ANEXO I-A do Edital)	420,00	12.600,00
5	60	m²	PCVC	DIVISÓRIA TIPO PISO TETO, PAINEL CEGO/VIDRO DUPLO/PAINEL CEGO, ESPESSURA 110MM – PCVC (Em conformidade com as especificações do item 5 do ANEXO I-A do Edital)	470,00	28.200,00
6	16	m²	PCVCT	DIVISÓRIA TIPO PISO TETO, PAINEL CEGO/VIDRO DUPLO/PAINEL CEGO, ESPESSURA 110MM – TECIDO – PCVCT (Em conformidade com as especificações do item 6 do ANEXO I-A do Edital)	490,00	7.840,00
7	20	m²	PV	DIVISÓRIA TIPO PISO TETO, PAINEL DE VIDRO DUPLO, ESPESSURA 110MM – PV. (Em conformidade com as especificações do item 7 do ANEXO I-A do Edital)	690,00	13.800,00
12	30	m²	P	PERSIANAS - P (Em conformidade com as especificações do item 12 do ANEXO I-A do Edital)	275,00	8.250,00
14	6	unid.	PSC	PORTA SIMPLES, COMPLETA - PSC (Em conformidade com as especificações do item 14 do ANEXO I-A do Edital)	1.300,00	7.800,00
18	4	unid.	CFPS	CONJUNTO DE FERRAGENS PARA PORTA SIMPLES - CFPS (Em conformidade com as especificações do item 18 do ANEXO I-A do Edital)	405,00	1.620,00
19	2	unid.	CFPD	CONJUNTO DE FERRAGENS PARA PORTA DUPLA - CFPD (Em conformidade com as especificações do item 19 do ANEXO I-A do Edital)	510,00	1.020,00
20	150	m²	IA	ISOLAMENTO ACÚSTICO - IA (Em conformidade com as especificações do item 20 do ANEXO I-A do Edital)	60,00	9.000,00
21	16	metro linear	GP	GUIA DE PISO - GP (Em conformidade com as especificações do item 21 do ANEXO I-A do Edital)	70,00	1.120,00
22	16	metro linear	GT	GUIA DE TETO - GT (Em conformidade com as especificações do item 22 do ANEXO I-A do Edital)	40,00	640,00
23	6	metro linear	GSP	GUIA DE SAÍDA DE PAREDES - GSP (Em conformidade com as especificações do item 23 do ANEXO I-A do Edital)	55,00	330,00
24	8	metro linear	M	MONTANTE - M (Em conformidade com as especificações do item 24 do ANEXO I-A do Edital)	60,00	480,00

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

Item	Quant.	unid.	Código	Descrição Detalhada	Vr. Máximo Unit. por Item R\$	Vr. Máximo Total por Item R\$
25	12	metro linear	EEP	ESPINHA DE ENCAIXE DE PAINÉIS - EEP (Em conformidade com as especificações do item 25 do ANEXO I-A do Edital)	50,00	600,00
26	20	m²	PP15	PAINÉIS/PLACAS – 15mm – PP15 (Em conformidade com as especificações do item 26 do ANEXO I-A do Edital)	90,00	1.800,00
27	20	m²	PP30	PAINÉIS/PLACAS – 30mm – PP30 (Em conformidade com as especificações do item 27 do ANEXO I-A do Edital)	140,00	2.800,00
28	4	unid.	MP	MARCO PARA PORTA - MP (Em conformidade com as especificações do item 28 do ANEXO I-A do Edital)	500,00	2.000,00
29	10	unid.	TA	TERMINAIS DE ACABAMENTO - TA (Em conformidade com as especificações do item 29 do ANEXO I-A do Edital)	360,00	3.600,00
30	1	m²	GVP	GRELHA PARA VENTILAÇÃO PORTAS – GVP (Em conformidade com as especificações do item 30 do ANEXO I-A do Edital)	1.210,00	1.210,00
31	60	m²	RDD	REMANEJAMENTO DE DIVISÓRIAS – DESMONTAGEM - RDD (Em conformidade com as especificações do item 31 do ANEXO I-A do Edital)	35,00	2.100,00
32	60	m²	RDM	REMANEJAMENTO DE DIVISÓRIAS – MONTAGEM - RDM (Em conformidade com as especificações do item 32 do ANEXO I-A do Edital)	45,00	2.700,00
33	8	unid.	RPD	REMANEJAMENTO DE PORTAS – DESMONTAGEM - RPD (Em conformidade com as especificações do item 33 do ANEXO I-A do Edital)	48,00	384,00
34	8	unid.	RPM	REMANEJAMENTO DE PORTAS – MONTAGEM - RPM (Em conformidade com as especificações do item 34 do ANEXO I-A do Edital)	80,00	640,00
37	20	m²	SMD	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE DIVISÓRIAS – SMD (Em conformidade com as especificações do item 37 do ANEXO I-A do Edital)	180,00	3.600,00



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
EM PERNAMBUCO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2014 - UASG 110096

Nº Processo: 00587000249201485.
PREGÃO SISPP Nº 8/2014. Contratante: SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO-EM PERNAMBUCO - SAD/P. CNPJ Contratado: 03758809000175. Contratado: MANUTENCAO LTDA - EPP-Objeto: Prestação de serviços continuados de manutenção de elevadores, visando atender às necessidades das Unidades da Advocacia-Geral da União na PU e PF/Bahia. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 atualizada. Vigência: 02/06/2014 a 02/06/2015. Valor Total: R\$14.280,00. Fonte: 100000000 - 2014NE801006. Data de Assinatura: 02/06/2014.

(SICON - 10/06/2014) 110061-00001-2014NE000065

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 11/2014 - UASG 110096

Nº Processo: 00587000857201490. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para aquisição de material gráfico, visando atender às necessidades da Superintendência de Administração em Pernambuco. Total de Itens Licitados: 00009. Edital: 11/06/2014 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. Endereço: Avenida Herculano Bandeira, 716 Pina - RECIFE - PE. Entrega das Propostas: a partir de 11/06/2014 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 25/06/2014 às 11h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Cópia do edital disponível no site: www.comprasnet.gov.br

ROSICLEIDE ALEXANDRE DA SILVA
Pregoeira

(SIDE - 10/06/2014) 110061-00001-2014NE000064

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
NO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2014 - UASG 110161

Nº Processo: 00467003149201396.
PREGÃO SISPP Nº 14/2014. Contratante: ADVOCACIA GERAL DA UNIAO - CNPJ Contratado: 11793272000102. Contratado: EM-

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRESA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos,
editais, avisos e ineditais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados
para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

<http://www.in.gov.br> ou ouvidoria@dn.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 010, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

PREENDIMENTOS FORTALEZA LTDA - ME. Objeto: Fornecimento, sob demanda, de água mineral natural potável de mesa acondicionada em garrafas de 20L (vinte litros), para atender as unidades da Advocacia-Geral da União no Estado de Tocantins. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02. Vigência: 09/06/2014 a 31/12/2014. Valor Total: R\$10.560,00. Fonte: 100000000 - 2014NE801050. Data de Assinatura: 09/06/2014.

(SICON - 10/06/2014) 110161-00001-2014NE000065

EXTRATOS DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 26/2013
Nº Processo: 00428000201201319. Contratante: ADVOCACIA GERAL DA UNIAO - CNPJ Contratado: 02668017000147. Contratado: SUCESSO PRESTACAO DE SERVICOS DE -INFORMATICA LTDA - ME. Objeto: Rescindir unilateralmente o contrato a partir da data de sua assinatura. Fundamento Legal: inciso II art. 58, art. 77, art. 78 incisos I, II e VIII e art. 79, inciso I todos da Lei nº 8.666/93. Data de Rescisão: 05/05/2014.

(SICON - 10/06/2014) 110161-00001-2014NE000065

CONTRATO Nº 37/2013
Nº Processo: 00459000397201384. Contratante: ADVOCACIA GERAL DA UNIAO - CNPJ Contratado: 02668017000147. Contratado: SUCESSO PRESTACAO DE SERVICOS DE -INFORMATICA LTDA - ME. Objeto: Rescindir unilateralmente o contrato. Fundamento Legal: Art. 57, I, 77, 78, I, II e VIII e art. 79, I todos da Lei 8.666/93. Data de Rescisão: 05/05/2014.

(SICON - 10/06/2014) 110161-00001-2014NE000065

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Contrato Nº 31/2014 publicado no D.O. de 10/06/2014, Seção 3, Pág. 2, Onde se lê: Data de Assinatura: 05/06/2014. Leia-se: Data de Assinatura: 06/06/2014.

(SICON - 10/06/2014) 110161-00001-2014NE000065

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

EXTRATO DDE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 09/2010
PARTES: Controladoria-Geral da União - CGU-PR e Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE/MT
PROCESSO ADMINISTRATIVO: NUP 00212.001000/2012-83
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência
VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses

SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS
LOGÍSTICOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 - UASG 110176

Número do Contrato: 17/2013.
Nº Processo: 00190018503201213.
PREGÃO SISPP Nº 38/2012. Contratante: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO - CNPJ Contratado: 33530486000129. Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE -TELECOMUNICACOES S A EM-BRATTEL. Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato nº 17/2013 pelo prazo de 12 meses, contados a partir de 20/05/2014, bem como a revisão dos preços contratuais a favor da Contratante, reduzindo em aproximadamente 27,06% o valor total da prestação de serviços, com fulcro no art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93 e Subcláusula Segunda da Cláusula Sétima do instrumento original. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 20/05/2014 a 19/05/2015. Valor Total: R\$5.743.001,52. Fonte: 100000000 - 2014NE800024. Data de Assinatura: 19/05/2014.

(SICON - 10/06/2014) 170940-00001-2014NE800003

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2014

O Pregoeiro da Controladoria-Geral da União torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 09/2014, que tinha por objeto a contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de copeiragem (garçons e copeiras), com fornecimento de todos os materiais de consumo e equipamentos necessários, a serem executados nas dependências da Controladoria-Geral da União bem como em outros imóveis que venham a ser ocupados pelo órgão, em Brasília-DF, sagrando-se vencedora a empresa GVP CONSULTORIA E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA - ME, CNPJ 04.356.735/0001-03, com o valor de R\$ 1.407.998,76 para o Grupo/Lote 1.

MÁRCIO DAVID E SOUZA
Pregoeiro

(SIDE - 10/06/2014) 170940-00001-2014NE800003

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 00004/2014 ao Convênio Nº 762331/2011. Convenientes: Concedente: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, Unidade Gestora: 200021, Gestão: 00001. Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO, CNPJ nº 03.216.036/0001-03. Cláusula Oitava da vigência. Valor Total: R\$ 1.797.628,00, Valor de Contrapartida: R\$ 179.762,80, Vigência: 29/12/2011 a 02/06/2015. Data de Assinatura: 02/06/2014. Signatários: Concedente: ELENORA MENICUCCI DE OLIVEIRA, CPF nº 174.442.096-34. Conveniente: SIMONE NASSAR TEBET, CPF nº 010.995.617-60.

(SICONV(PORTAL) - 10/06/2014)

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2014 - UASG 200016

Nº Processo: 00005005308201324.
PREGÃO SRP Nº 3/2014. Contratante: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - CNPJ Contratado: 32918377000110. Contratado: BRADIV INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Objeto: Fornecimento, instalação, manutenção, remanejamento, montagem e desmontagem de estruturas divisorias, com aplicação de material e acessórios, por meio de Registro de Preços, para atendimento das necessidades da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Vigência: 30/05/2014 a 31/12/2014. Valor Total: R\$148.034,00. Fonte: 100000000 - 2014NE800248. Fonte: 100000000 - 2014NE800249. Data de Assinatura: 30/05/2014.

(SICON - 10/06/2014) 200005-00001-2014NE800002

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 00001/2014 ao Convênio Nº 756785/2011. Convenientes: Concedente: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Unidade Gestora: 200016, Gestão: 00001. Conveniente: SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA, CNPJ nº 09.579.079/0001-21. Prorrogação de vigência. Valor Total: R\$ 372.729,00, Valor de Contrapartida: R\$ 38.920,00, Vigência: 30/12/2011 a 10/05/2015. Data de Assinatura: 09/05/2014. Signatários: Concedente: CLAUDINEI DO NASCIMENTO, CPF nº 722.284.409-06. Conveniente: GEORGE HENRIQUE DE ARAUJO MENDES, CPF nº 096.281.933-68.

(SICONV(PORTAL) - 10/06/2014)

EXTRATOS DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2014 ao Convênio Nº 788693/2013. Convenientes: Concedente: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Unidade Gestora: 200016, Gestão: 00001. Conveniente: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA SOCIAL CATARINA LABOURÉ - AASCL, CNPJ nº 07.370.422/0001-06. P.1.127/2008, art. 30, VI. Valor Total: R\$ 167.021,46. Vigência: 26/12/2013 a 22/03/2015. Data de Assinatura: 21/05/2014. Assina: Pelo PRESIDENCIA DA REPUBLICA - PRESIDENCIA DA REPUBLICA / IDELI SALVATTI- MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS D.

(SICONV(PORTAL) - 10/06/2014)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2014 ao Convênio Nº 789610/2013. Convenientes: Concedente: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Unidade Gestora: 200016, Gestão: 00001. Conveniente: SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA, CNPJ nº 01.587.609/0001-71. P.1.127/2008, art. 30, VI. Valor Total: R\$ 326.595,44. Valor de Contrapartida: R\$ 127.296,00, Vigência: 20/12/2013 a 06/03/2015. Data de Assinatura: 22/05/2014. Assina: Pelo PRESIDENCIA DA REPUBLICA - PRESIDENCIA DA REPUBLICA / IDELI SALVATTI- MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS D.

(SICONV(PORTAL) - 10/06/2014)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2014 ao Convênio Nº 791295/2013. Convenientes: Concedente: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Unidade Gestora: 200016, Gestão: 00001. Conveniente: ASSOCIACAO S.O.S. IDOSOS, CNPJ nº 07.454.627/0001-61. P.1.127/2008, art. 30, VI. Valor Total: R\$ 196.980,00, Valor de Contrapartida: R\$ 3.940,00, Vigência: 18/12/2013 a 04/03/2015. Data de Assinatura: 21/05/2014. Assina: Pelo PRESIDENCIA DA REPUBLICA - PRESIDENCIA DA REPUBLICA / IDELI SALVATTI- MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS D.

(SICONV(PORTAL) - 10/06/2014)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2014 ao Convênio Nº 793061/2013. Convenientes: Concedente: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Unidade Gestora: 200016, Gestão: 00001. Conveniente: SECRETARIA ESTADUAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES, CNPJ nº 13.106.211/0001-55. P.1.127/2008, art. 30, VI. Valor Total: R\$ 318.759,72, Valor de Contrapartida: R\$ 64.759,72, Vigência: